

Mulheres e Associativismo em Portugal, 1914-1974



ORGANIZADORAS

Anne Cova, Vanda Gorjão, Ana Isabel Freire,
Ana Costa Lopes, Natividade Monteiro

NOTA FINAL

Françoise Thébaud

ICS

Mulheres e Associativismo em Portugal (1914-1974)

Anne Cova
Vanda Gorjão
Ana Isabel Freire
Ana Costa Lopes
Natividade Monteiro
(organizadoras)

ICS

Imprensa
de Ciências
Sociais

Imprensa de Ciências Sociais



**Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa**

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa – Portugal
Telef. 21 780 4700 – Fax 21 794 0274

www.ics.ulisboa.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação

Mulheres e associativismo em Portugal, 1914-1974 / org. Anne Cova,
Vanda Gorjão, Ana Isabel Freire, Ana Costa Lopes, Natividade Monteiro.

Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais,
2022. – 23 cm

CDU 305

978-972-671-712-6; PDF 978-972-671-714-0; EPUB 978-972-671-713-3

Associativismo feminino – Portugal

Mulheres

Associações femininas



© Instituto de Ciências Sociais, 2022

Capa: Rui Rasquinho

Projeto gráfico: Aresta Criativa – Artes Gráficas, Lda.

Revisão: Clara Cuellár dos Santos

Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.

Depósito legal: 506142/22

1.ª edição: Dezembro de 2022

Financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PTDC/HAR-HIS/29376/2017

Índice

Índice de gráficos e quadros	11
Siglas.	13
Notas sobre os/as autores/as.	15
Agradecimentos	21
Introdução	25
<i>Anne Cova, Vanda Gorjão, Ana Isabel Freire, Ana Costa Lopes e Natividade Monteiro</i>	

PARTE I

ASSOCIAÇÕES FUNDADAS ENTRE 1914-1919

Capítulo 1

Mulheres e associativismo: algumas agremiações federadas no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)	47
<i>Anne Cova, João Esteves e Ana Isabel Freire</i>	

Capítulo 2

Análise exploratória de redes e perfis das dirigentes do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)	83
<i>Raquel Rego, Anne Cova, João Esteves e Ana Isabel Freire</i>	

Capítulo 3

O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: uma organização feminista (1914-1947)	107
<i>Célia Costa</i>	

Capítulo 4

As associações de mulheres fundadas durante a Primeira Guerra Mundial. 127
Natividade Monteiro

Capítulo 5

A Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas desde 1919. 175
Ana Costa Lopes

PARTE II

ASSOCIAÇÕES DE OPOSIÇÃO AO ESTADO NOVO
CRIADAS ENTRE 1935 E 1973

Capítulo 6

A Associação Feminina Portuguesa para a Paz: da luta pela paz e da «dignificação da condição feminina» ao combate antifascista (1935-1952) 201
João Esteves

Capítulo 7

As organizações de mulheres nos movimentos de oposição ao Estado Novo (1945-1973) 231
Vanda Gorjão

PARTE III

ASSOCIAÇÕES NASCIDAS NA DÉCADA DE 1960
E EM ATIVIDADE NO 25 DE ABRIL 1974

Capítulo 8

O Movimento Nacional Feminino: milhares de mulheres na retaguarda da guerra colonial (1961-1974). 269
Sílvia Espírito-Santo

Capítulo 9

**A militância antifascista e a luta pelos direitos das mulheres
na história do *Movimento Democrático de Mulheres*:**

retalhos de histórias de vida (1968-1974) 295

Manuela Tavares

Nota final. 317

Françoise Thébaud

Ana Costa Lopes

Capítulo 5

A Associação das Antigas Alunas do *Instituto de Odivelas* desde 1919

Introdução

Educar uma sociedade é fazê-la progredir, torná-la um conjunto harmónico e conjugado das forças individuais, por seu turno desenvolvidas em toda a sua plenitude. E só se pode fazer progredir e desenvolver uma sociedade fazendo com que a acção contínua, incessante e persistente da educação atinja o ser humano sob o tríplice aspecto: físico, intelectual e moral. Portugal precisa de fazer cidadãos, essa matéria-prima de todas as pátrias.¹

A história do *Instituto de Odivelas* (IO) denominação actual com que é habitualmente conhecido, é longa e diversificada em múltiplos aspectos, tendo também para tal contribuído a sua transição por

¹ Direcção Geral da Instrução Primária, Decreto-Lei de 29 de Março de 1911, 3.º Parágrafo (Preâmbulo do Decreto de 29 de Março de 1911). Agradeço muito a Joaquina Cadete Philimore e Maria Antonieta Cabanas, Presidentes da *Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas* (AAAIIO), todo o apoio dado para esta investigação, assim como à bibliotecária do *Colégio Militar*, Maria Helena Araújo.

diversos regimes políticos: Monarquia, República e Estado Novo.² Salientamos o singular papel de diversas figuras como o infante Dom Afonso, na fundação do IO, denominado primeiramente de *Instituto Infante Dom Afonso* (IIDA, 1898-1899) e, posteriormente, em 1911, *Instituto Feminino de Educação e Trabalho* (IFET).³ Mas, com o novo director, o coronel Frederico Ferreira de Simas empossado, em 1919, já na República, começaria outro percurso no IFET. Graças a este pedagogo e à sua equipa, as meninas de Odivelas teriam uma invulgar e privilegiada educação que lhes permitiu ser protagonistas de um inusitado acto, logo nos inícios de Novecentos, a fundação da sua própria Associação das Antigas Alunas. Ao nos depararmos com estes inabituais projectos educativos, por iniciativa de militares, ocorreram-nos diversas questões: o que moveu os militares, num país tão conservador, a fundar um internato escolar, o IIDA, para a educação «gratuita das órfãs de oficiais do exército activo e da armada e dos quadros ultramarinos»?⁴ A concepção de um colégio semelhante ao dos rapazes, o *Colégio Militar*, já existente desde o início de Oitocentos, partiu do capitão Alfredo António Alves, que fazia parte do grupo de oficiais do Regimento n.º1 de Infantaria da rainha Dona Maria Pia de Saboia. Na verdade, as instituições educativas militares estavam vocacionadas, desde 1803, para rapazes, vide o *Colégio da Feitoria/(Real)Colégio Militar* e posteriormente o *Instituto Profissional dos Pupilos do Exército*, 1911, também com Associações de Antigos Alunos, o primeiro com estatutos desde 1903 e o segundo desde 1932. Motivaram-se os militares naquele exemplo ou seguiram o modelo francês da *Maison d'éducation de la légion d'honneur* (1805) destinado às filhas (*petites-filles et arrière-petites-filles des décorés français et étrangers*) dos oficiais franceses mortos em combate ou por doença? Ou ficou-se a dever à grave situação económica e política que Portugal atravessava salvando, assim, da ignorância e da indigência as órfãs de

² A autora escolheu não seguir a grafia do novo acordo da língua portuguesa de 1990.

³ Nasceu a ideia do IIDA, em 1898, (Decreto-Lei de 9 Março de 1899) com o apoio da rainha Dona Maria de Saboia e seu filho, o infante Dom Afonso.

⁴ Excerto do Artigo 2.º dos *Estatutos do Instituto Infante Dom Afonso* (Ordem do Exército n.º 2, 9 de Março de 1899). Decreto-Lei de 9 de Março de 1899; Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. Direcção Geral. 3ª Repartição (1904). Estatuto do Instituto Infante D. Afonso. Decreto-Lei de 11 de Maio de 1904. Lisboa: Imprensa Nacional, 5.

famílias muito carenciadas do exército activo e da armada, viúvas sem quaisquer recursos que as não poderiam educar? O seu recolhimento tornou-se uma imperiosa necessidade, suprimindo mais uma ineptidão dos governos; provavelmente, outro motivo para a sua fundação. Ou foi tudo, em conjunto, determinante? E essa improficiência dos governos patente igualmente a nível da educação foi, no IIDA, exemplarmente compensada, com uma educação de excelência durante toda a sua vida. Contribuiu também para isso, o facto de terem enveredado pela *Educação Nova*, a mais moderna da altura. O trajecto do IIDA, dos diversos directores e equipas, ao longo de mais um século, respondem a estas perguntas. Para entendermos a especificidade da história da Associação das Antigas Alunas do IO, denominada *Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas* (AAAIIO) a partir de 1942, utilizaremos como referência as supracitadas instituições. Analisaremos a ideologia vigente na gestão do IO, fruto de uma nova e determinante direcção pedagógica e política; descortinaremos o que esteve subjacente a esta iniciativa e aos seus dirigentes; quem por ela foi responsável e suas consequências até ao 25 de Abril de 1974.

Génese da Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas: o Instituto Infante Dom Afonso e o Instituto Feminino de Educação e Trabalho

Decorridos 96 anos da fundação do *Colégio Militar*, os oficiais, com o beneplácito e apoio da família real, entre 1898-1910, repetiram o procedimento no IIDA, mudada, com a Primeira República, a designação para *Instituto Torre e Espada* (ITE), em 1910, e IFET em 1911; e posteriormente, em 1942, para IO até à actualidade.⁵ Ao educar

⁵ «Sob a protecção de Suas Majestades e Altezas [Dona Maria Pia de Saboia e o Infante Dom Afonso] é criado um colégio para instrução e educação de filhas [...] de oficiais combatentes e não combatentes da armada e dos exércitos do reino e do ultramar, com a finalidade, [...] de dar às alunas a necessária educação moral e religiosa, uma instrução geral e, além disso, a instrução profissional que possa, de futuro, criar-lhes os precisos meios de subsistência.», Excerto do Artigo 2.º dos *Estatutos do Instituto Infante Dom Afonso*, (Ordem do Exército n.º 2, 9 de Março de 1899). Decreto-Lei de 9 de Março de 1899.

gratuitamente ou com propinas simbólicas as órfãs de militares, quase na maioria de famílias humildes incluindo as da guerra de 1914-1918, deram-lhes oportunidades únicas de se instruírem.⁶

O IIDA era «um estabelecimento destinado a educar e preparar para a vida prática indivíduos do sexo feminino», algo que não acontecia à maioria das crianças das classes menos abastadas e também da classe média.⁷ Num país paupérrimo, deram-lhes vestuário, constante apoio médico, cuidada alimentação, garantes de um bom desenvolvimento físico e intelectual, aspectos de não somenos importância para o crescimento das crianças.⁸ E frequentar uma escola, quando as havia, era um luxo, uma fantasia, ou uma inutilidade, para muitos. Os quadros apresentados por Luís Alberto Marques Alves são disso testemunho ao concluir que em 1890 «76% da população portuguesa maior de 7 anos não sabia ler e escrever».⁹ Outra informação relevante de 1911 indica que «só 43,5 por cento das crianças recenseadas frequenta[ra]m a escola primária oficial, percentagem que desce em 1918-1919 para uns incríveis 25,7 por cento».¹⁰ Acrescenta ainda António Candeias na sua tese de doutoramento em Ciências da Educação que, neste período, «só um em cada três rapazes com idades entre os 7 e os 14 anos frequenta[vam] a escola oficial, sendo que só uma em cada cinco raparigas se encontrariam nos bancos desta mesma escola».¹¹ Ao analfabetismo endémico juntavam-se os desvios sociais; a degenerescência física, moral e cultural de muitos jovens

⁶ Alberto David Branquinho, «Relatório do inspector de instrução», em *Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho*, 1920-1921 (Lisboa: Tipografia do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1921), 17.

⁷ Secretaria da Guerra – Repartição do Gabinete (1915). *Regulamento do Instituto Feminino de Educação e Trabalho*. Decreto-Lei n.º 1 868, de 12 de Junho de 1915, publicado em 4/9/1915 (Lisboa: Imprensa Nacional), 5.

⁸ Frederico Ferreira de Simas, «Relatório da direcção», em *Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho*, 1920-1921 (Lisboa: Féris, 1925), 12.

⁹ Luís Alberto Marques Alves, *História da Educação: Uma introdução* (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012), 94.

¹⁰ António Candeias, «Educar de outra forma. A Escola Oficina n.º 1 de Lisboa, 1905-1930» (tese de doutoramento em Ciências da Educação na especialidade de História da Educação, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, 1992, 2 vols., vol. 1), 331, <https://hdl.handle.net/10216/53624>. Esta tese foi publicada em livro: *Educar de Outra Forma: A Escola Oficina n.º 1 de Lisboa, 1905-1930* (Porto: Instituto de Inovação Educacional, 1994).

¹¹ António Candeias, «Educar de outra forma...», 331.

pobres, alguns/mas órfãos/ãs. Não faltaram pedagogos/as, professores/as ou jornalistas como Alice Pestana (1860-1929), Maria Antónia Pusich (1805-1883), Dom António da Costa (1824-1892), António Faria de Vasconcelos (1880-1930), Francisca Wood (1802-1900), João de Deus (1830-1898), João de Deus Ramos (1878-1953), a chamarem a atenção para isto, lutando desde Oitocentos nos periódicos e fora deles para elidir estas dificuldades e apontar soluções. Não escasseou legislação a este respeito como as de Dom António da Costa (1870), Costa Cabral (1844), Mouzinho de Albuquerque (1823), Rodrigues Sampaio (1878), Silva Passos (1836); nem interessados em providenciar a educação e o progresso da população de ambos os sexos.

O que fracassou neste processo e o que se fez no IIDA/IFET, em Odívelas, para que nada falhasse? Os políticos Oitocentistas, embora defendessem e propagassem a bandeira da educação adiaram este grande projecto. Para além de não terem feito reformas substanciais: «É hoje um ponto assente, que as condições económicas e sociais do século XIX português, a que se acrescentam, na nossa opinião, a mediocridade dos homens de Estado portugueses da época, não foram de modo algum propícias à massificação do ensino básico no País». ¹² Foi no período da Primeira República que os republicanos aceleraram as metas educativas para a população. Em Odívelas sempre se privilegiou uma exigente e actualizada educação continuada na República até 2015, altura em que o IO, antigo IFET, foi fechado e as alunas integradas no *Colégio Militar*.

Os militares intervieram para o êxito deste internato, a começar com o coronel Frederico Ferreira de Simas (1872-1945). Duas vezes ministro da Instrução Pública, figura incontornável desta área, foi empossado, em 1919, como director do IFET, mas já antes estava ligado a esta escola. Começou o seu mandato com uma importante iniciativa; a criação de uma associação de alunas. Não é ocasião para desenvolver aqui o estudo prosopográfico realizado sobre o director e a sua equipa, os seus currículos, funções e cargos relevantes, as actividades na escola do IFET, responsáveis pela excelência desta e que nos fazem entender parte da história do Instituto e da Associação. Está tudo interligado aos objectivos pedagógicos e políticos destes republicanos/as, maçons e maçónicas. Eles/as formavam, no

¹² Candeias, «Educar de outra forma...», 152-153.

Instituto, uma espécie de «família restrita» e «alargada» fora dele. Multiplicavam o seu trabalho e actividades políticas por outras instituições e com pessoas igualmente empenhadas, algumas com responsabilidades em diversas organizações educativas, maçónicas ou outras, mas com os mesmos objectivos, numa grande cumplicidade. Combatendo intensamente o analfabetismo, inimigo do progresso da população, cumpriam «aceleradamente» o programa republicano e maçónico, segundo eles/as, responsável pela mudança de mentalidades. Para tal, optaram por novas metodologias e novas práticas de ensino para esta instituição.

Escola Nova: actividades dos/as docentes e projectos curriculares

Na verdade, para melhor formar estas cidadãs do IFET, 300 em 1920, Frederico Ferreira de Simas seguiu, como outros, a metodologia da *Escola Nova*, não propriamente nova, com raízes nos princípios de Friedrich Fröebel (1782-1852) e de Maria Montessori (1870-1952), já aplicada por João de Deus nos seus jardins escolas.¹³ E Casimiro Freire (1843-1918), em 1882, fundou a *Associação de Escolas Móveis* pelo método de João de Deus.¹⁴ Com António Nóvoa resumimos as ideias da *Escola Nova*:

Aqui estão, com toda a simplicidade, quatro pontos nucleares da nova educação: a relação com a natureza e com uma vida saudável; a criança, a sua experiência e o seu interesse como elementos centrais do trabalho pedagógico; a defesa de uma educação integral, se possível em internatos que recriem o ambiente familiar; o princípio do auto-governo, o famoso *self-government*.¹⁵

¹³ Simas, «Relatório da direcção», ..., 3. Outras escolas a seguiram: Em Lisboa a *Casa Pia* e o *Instituto dos Pupilos do Exército*; No Porto, a *Escola Comercial Raul Dória* e o *Instituto Moderno*; Em Coimbra, o *Colégio Moderno* e a *Escola Agrícola*, de entre tantas outras, que enveredaram por este modelo pedagógico.

¹⁴ O 1.º Jardim Infantil de Fröebel, Jardim da Estrela, data de 1882.

¹⁵ António Nóvoa, *A Educação Portuguesa Corpus Documental (Séculos XIX-XX)* (Vila Nova de Gaia: Edições Asa, 2005), 57.

Segundo Frederico Ferreira de Simas «ou da *City-school* [...] experimentado por toda a gente com o melhor resultado»: e de uma educação longe dos castigos, mas com admoestações.¹⁶ Uma experiência pedagógica defendida por todos/as e antecipada no estrangeiro por António de Sena Faria de Vasconcelos Azevedo (1880-1939) que fundou a escola de Bierges-les-Wavre na Bélgica (1912) explorando o novo método. Este foi seguido em muitos países, inclusive na Suíça, onde António de Sena Faria de Vasconcelos viveu e colaborou com Adolphe Ferrière (1879-1960), «o rosto vivo do Movimento da *Escola Nova* à escala mundial – Director do *Bureau International des Écoles Nouvelles*».¹⁷ Desse trabalho resultou a publicação de um livro intitulado *Une école nouvelle en Belgique*.¹⁸ A obra teve muito sucesso sendo traduzida para diversas línguas – para a portuguesa apenas, em 2015, aquando do seu centenário – havendo intercâmbios entre este autor e os seus seguidores. O pedagogo suíço Adolphe Ferrière prefaciou-lhe o livro, elucidando aí as características desta escola tais como: «[devia] estar situada no *campo*, o ensino partir da experiência e ser enriquecido pelo *trabalho manual*, haver um regime de *autonomia* dos alunos e cumprirem-se pelo menos metade dos princípios que caracterizam a Escola Nova».¹⁹ Muitas destas características podem ser atribuídas ao internato do IFET. Adolphe Ferrière, a convite de Frederico Ferreira de Simas, visitaria o IFET no âmbito de um permanente intercâmbio de ideias e de pessoas. Mais sabemos da actividade intelectual e profissional de Frederico Ferreira de Simas através de Virgínia Paccetti, uma antiga aluna, relatando ter o coronel procedido «no estrangeiro, ao estudo de organização de Escolas (Inglaterra, Holanda, Dinamarca) e desempenhou, em Portugal, funções de organização, inspecção e elaboração de programas do ensino liceal,

¹⁶ Ferreira de Simas, «Relatório da direcção», *Anuário do Instituto Feminino...*, 1920-1921..., 8 e 9.

¹⁷ Manuel Ferreira-Patricio, em António de Sena Faria de Vasconcelos, *Uma Escola Nova na Bélgica...*

¹⁸ Adolphe Ferrière (Prefácio), em António de Sena Faria de Vasconcelos, *Une école nouvelle en Belgique*, (Neuchâtel: Delachaux & Niestlé, 1915), 7-20; ed., António de Sena Faria de Vasconcelos, e trad. Carlos Meireles-Coelho, Ana Cotovia, e Lúcia Ferreira, *Uma Escola Nova na Bélgica* (Aveiro: Universidade de Aveiro, 2015).

¹⁹ António de Sena Faria de Vasconcelos, ed., *Uma Escola Nova na Bélgica...*, 8.

técnico e superior».²⁰ Essa experiência fê-lo apostar, por certo, na formação contínua dos/as docentes aqui e no estrangeiro, através de bolsas na Alemanha, na Bélgica, na Dinamarca, na Holanda e na Suíça, algo assaz profícuo.²¹ Na consulta de alguns poucos relatórios das missões, por estarem ainda indisponíveis, a matéria dessas missões, aqui não desenvolvida, relata pormenorizadamente a observação do funcionamento da escola, o estudo dos programas, dos cursos, etc., descrevendo-os, criticando e comparando-os com os do IFET entre outros. Estas visitas pedagógicas foram deveras úteis; fulcrais para o entendimento do funcionamento desta escola, sua internacionalização e, também, por salientarem a excelência da educação constatada pelos docentes do IFET aquando bolseiros/as no estrangeiro.²² Do mesmo modo se referiu a esta excelência em congressos internacionais, a ilustre médica escolar deste Instituto, a republicana, feminista e maçónica Adelaide Cabete (1867-1935).²³ Esta foi, também, no IFET, formadora, conferencista e docente «de Higiene e Puericultura, Anatomia e Fisiologia, dando ainda alguma educação sexual às alunas do Instituto Feminino de Educação e Trabalho».²⁴

O *Anuário de 1920-1921* dá igualmente conta da evolução da escola ao comparar as duas fases (1900-1910, 1910-1921): «Radicalmente transformado pela República o antigo IIDA, [tornou-se n]uma escola verdadeiramente profissional».²⁵ Mais elucidada a opção do director: «O ensino é feito pelos mais modernos processos pedagógicos» seguindo principalmente o material da pedagoga Maria Montessori

²⁰ Virgínia Paccetti, *A Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas* (Odivelas: 1987, policopiado), 119.

²¹ Consultados os relatórios de J. Santos Correia, *Missão de Estudo à Suíça em 1925* (Lisboa: Férin, 1927); Alberto David Branquinho, *Relatório da Missão de Estudo à Alemanha realizada em Maio e Junho de 1922*; Alberto David Branquinho, Arquivo Histórico Militar, Fundo 3, Série 5.20, Caixa n.º 76.

²² Apenas tivemos acesso aos relatórios das docentes Maria do Carmo Magalhães e de Guilhermina Trindade através da obra de Cesaltina do Nascimento Silva e Maria Noémia de Melo Leitão, *Instituto de Odivelas: 90 Anos ao Serviço da Educação*, (Lisboa: CEGRAF/Ex., 1990).

²³ Ver os capítulos 1, 2 e 3 deste livro. Isabel Lousada, «A batalha de Adelaide Cabete em *A Batalha* –higienismo no feminino» (2009) <http://hdl.handle.net/10362/2570>

²⁴ «História 1910-1942», em *A História Não se Apaga*. <https://meninasdeodivelas.wordpress.com/historia-1910-1942/>

²⁵ Alberto David Branquinho, «Relatório do inspector, de instrução», em *Anuário do Instituto Feminino...*, 1921, 4.

recorrendo também a professoras das Escolas Móveis.²⁶ Puderam as alunas frequentar os cursos do Primário Superior; os Preparatórios para a Escola de Correios e Telégrafos e de Educação Integral (com a valorização da educação física, da educação artística e dos trabalhos manuais), os de preceptoras e os do magistério; cursos de costura, bordados, de tapetes de Arraiolos, possibilitando-lhes um meio de subsistência como nos informa Alberto David Branquinho no relatório anual do *Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho*.²⁷

A este respeito, o historiador Joaquim Pintassilgo conclui que o director pretendeu

actualizar as concepções relativas à educação da mulher e introduzir um conjunto de inovações pedagógicas derivadas da influência da chamada Educação Nova. Para além do ensino primário e do curso geral dos liceus, vão funcionar [...] entre outros, cursos de empregadas de escritório e do comércio [...] auxiliares de química, de artes e ofícios.²⁸

Para além disto, o director manteve e criou diversos cursos profissionais actualizando-os através dos institutos profissionais, fundados na altura.²⁹ O IFET foi o primeiro a criar um «curso comercial feminino no nosso país, tal como outros cursos técnicos» dos mais frequentados pelas alunas na década de 20.³⁰ A Mutualidade Escolar *Futuro* (uma Associação de Socorros Mútuos, 1920,³¹ a *Cooperativa Escolar* (Sociedade Anónima, 1926),³² a *Caixa Económica Escolar* (1904) «contribui[ram] poderosamente para a educação social das

²⁶ Alberto David Branquinho, «Relatório do inspector, de instrução», em *Anuário do Instituto Feminino...*, 1921, 16 e 17.

²⁷ Alberto David Branquinho, «Relatório do inspector, de instrução», em *Anuário do Instituto Feminino...*, 1921, 17 e 20.

²⁸ Joaquim Pintassilgo, «O coronel Frederico Ferreira de Simas e a Educação Nova em Portugal», <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/8350>, (7-7-2021).

²⁹ Ney Matta, «O ensino comercial», em *Anuário do Instituto Feminino...*, 1921, 51.

³⁰ Matta, «O ensino comercial», em *Anuário do Instituto Feminino...*, 1921, 52. Alberto David Branquinho, «Relatório do inspector de instrução», em *Anuário do Instituto Feminino...*, 1921, 19.

³¹ Alvará do antigo Ministério das Finanças, 12 de Março 1920 e com alterações do Despacho do Ministério das Finanças, 21 de Abril de 1922.

³² Aprovado 10-5-1926 e 28-3-1926. Integradas, em 1944, no Centro Escolar da Mocidade Portuguesa, sendo a directora Aida da Conceição.

alunas»,³³ para o culto das «virtudes cívicas»; e também para praticarem o «seu desenvolvimento na parte de contabilidade e escrituração [...] [entregando-lhes o director] a escritura da Mutualidade Escolar, da Caixa Económica, da Cooperativa Escolar, [e da Associação das Antigas Alunas] que revestem ainda um alto valor educativo».³⁴ O coronel atribuiu às associadas da Associação das Antigas Alunas funções habitualmente destinadas a adultos do sexo masculino. Para completar estas tarefas as alunas vendiam os trabalhos dos cursos de Artes e Ofícios e recebiam «salários que [...] engrossa[vam] os seus depósitos na Caixa Económica Escolar ou garant[iam] os seus dotes na Mutualidade [...] Pode [...] dizer-se que, em média, as oficinas contribuíram com 72\$00 mensais para a garantia do futuro das alunas».³⁵ E, assim, beneficiavam a Associação das Antigas Alunas, outras associações e elas próprias.

Estas associações foram «fundadas num [...] propósito de previdência e tão vantajosas pelos benefícios que trazem de futuro às suas associadas como o demonstram os respectivos estatutos».³⁶ Está patente em todas as circunstâncias uma preocupação com uma educação completa aproveitando tudo para iniciar as alunas em outras funções dentro e fora da escola. Estivessem mais anuários e relatórios das missões dos professores disponíveis para consulta, imprescindíveis para este estudo, mais conclusões apresentaríamos.

Regressamos sempre às perguntas iniciais deste trabalho: o que moveu estes militares a criar uma Associação das Antigas Alunas, algo tão progressista e incomum num país tão conservador? Foram, por certo, ainda outras circunstâncias como a ideologia republicana para «fazer cidadã[s], essa matéria-prima de todas as pátrias»³⁷; para as educar e formar com tudo o que isso implicava; os aspectos pedagógicos, já aludidos, fomentadores do incremento da responsabilidade,

³³ Ferreira de Simas, «Relatório da direcção», em *Anuário do Instituto Feminino...*, 1921, 12.

³⁴ Alberto David Branquinho, «Relatório do inspector de instrução», em *Anuário do Instituto Feminino...*, 1921, 19.

³⁵ Branquinho, «Relatório...», em *Anuário do Instituto Feminino...*, 1921, 21.

³⁶ Eduardo Andermatt da Silva, «Vida escolar», em *Anuário do Instituto Feminino...*, 1921, 49.

³⁷ Direcção Geral da Instrução Primária, (Preâmbulo do Decreto-Lei de 29 de Março de 1911, 3.º Parágrafo).

solidariedade e da autonomia; a protecção do futuro das alunas; o exercício da democracia e da igualdade, afinal, tudo, também preparações para os cargos na associação. O mutualismo, já existente, em Oitocentos, serviu ao director e à sua equipa para as educar correctamente.

O mutualismo e as associações no *Instituto Feminino de Educação e Trabalho*

Por contraste, e para entender o alcance da iniciativa de Frederico Ferreira de Simas tivemos em conta certos aspectos particulares da história do mutualismo português, evidentemente, de forma muito sintética, destacando apenas alguns pontos como o papel das associações, seus direitos e competências, a possibilidade de exercer o voto. O contraste com as associações anteriores às do IFET elucidará o avanço da Associação das Antigas Alunas, logo, em 1919.

Na verdade, havia todos os motivos para implementar o mutualismo no IFET, pois, os governos liberais e, também, os republicanos já apoiavam o direito de associação «enfatizando o seu carácter providencialista dada a utilidade para a sociedade portuguesa».³⁸ Esta deparava-se com «problemas sociais suscitados pelo desenvolvimento do capitalismo industrial e pelas inevitáveis consequências negativas no que se refere às deficientes condições de vida de largas camadas da população trabalhadora».³⁹

Logo em 1840, e baseado em Saint-Simon, Fourier e Owen, defende Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) o *Projecto d'Associação para o Melhoramento da Sorte das Classes Industriais*, destinado ao auxílio social e económico dos/as mais carenciados/as. Incluía a instrução profissional dos dois sexos dessas classes, e dos/das órfãos/ãs e expostos/as, provendo-lhes educação para exercerem um trabalho, também para o sexo feminino, através das artes e ofícios, correspondentes

³⁸ Ana Paula Rocha da Costa Saraiva, «Associativismo mutualista em Lisboa na segunda metade do século XIX», (tese de mestrado em História Moderna e Contemporânea, especialidade Cidades e Património, Lisboa, Iscte/IUL, 2011), 85.

³⁹ José Luís Cardoso, e Maria Manuela Rocha, «O Seguro Social obrigatório em Portugal (1919-1928): acção e limites de um Estado providente», *Análise Social*, vol. XLIV, n.º 192 (2009): 442.

a bordados, rendas, fabrico de tapetes: projecto duplamente progressista e ambicioso, na época em questão, pela inclusão das raparigas.⁴⁰

Lembramos existirem, em Oitocentos, associações mutualistas, algumas encarregadas de ministrar a educação: a *Associação das Escolas Móveis* de Casimiro Freire (1882), a *Associação Sociedade Promotora de Educação Popular* (Voz do Operário, 1883), e também associações de professores. A defesa do mutualismo de Silvestre Pinheiro Ferreira floresceu e contou com Antero de Quental, Herculano, Costa Goodolfim, Domingos da Cruz, Jaime Magalhães Lima, Lopes de Mendonça, Oliveira Martins, entre outros, mas sem grandes preocupações das mulheres como nos elucidava Virgínia Baptista. Da sua tese de doutoramento publicada em livro sob o título *Proteção e Direitos das Mulheres Trabalhadoras em Portugal* (1880-1943) interessou-nos, acima de tudo, a parte relativa às diferenças de regulamentos para cada um dos sexos.⁴¹ Explica Virgínia Baptista que os estatutos de associações mistas permitiram socorrer as mulheres «na doença, na incapacidade, ares de campo e mar, funerais», mas excluíram, durante um certo tempo, os partos: «Socorros tiveram sem dúvida, mas não igualaram os dos associados masculinos».⁴² Até à República, a situação da quase maioria das casadas nas associações era a seguinte: sem direitos estavam impedidas de participar activamente nas associações, de «exercer cargos sociais, ser eleitor[as] e elegíveis».⁴³ Dependiam ainda da autorização dos cônjuges para participar nos corpos gerentes e do usufruto de benefícios, alguns essenciais como os referentes à maternidade.⁴⁴ O Código Civil (1867-1965) advogando a desigualdade, a discriminação, excluía, evidentemente, os direitos das associadas. Sem capacidade jurídica nas associações mutualistas cabia ao sexo masculino representá-las. Se o Censo de 1898 nos indica haver poucas sócias, por outro lado, o Gráfico 2.3, baseado em Guilherme de Santa-Rita (1901) aponta as grandes restrições impostas

⁴⁰ Silvestre Pinheiro Ferreira, *Projecto d'Associação para o Melhoramento da Sorte das Classes Industriais*, (Paris: Rey & Gravier, 1840): X, XIII, e 77.

⁴¹ Virgínia Baptista, *Proteção e Direitos das Mulheres Trabalhadoras em Portugal (1880-1943)* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016).

⁴² Virgínia Baptista, «Participação feminina no movimento mutualista. Do final da Monarquia ao Estado Novo», *Ler História*, 62, 2012, <http://journals.openedition.org/lerhistoria/553>.

⁴³ Baptista, «Participação feminina...».

⁴⁴ Baptista, «Participação feminina...».

às mulheres na fruição dos recursos das associações, fruto da legislação e da mentalidade da época.⁴⁵ Salvo raras exceções, o século XIX assistiu à participação feminina nas associações quando os estatutos o permitiram. É o caso dos Estatutos do *Montepio de Nossa Senhora do Socorro* (Lisboa, 1883), assinados aqueles pela presidente viscondessa de Carvalho (cargo provisório) coadjuvada por Joana Oliveira, eleita secretária. E, em 1902, apesar das exceções, como a *Associação de Socorros Mútuos dos Professores Primários Oficiais* (Lisboa, 1902), com uma população de uma classe e profissão completamente diferentes da das operárias, das 38% de associadas, só Rosa Aurélia Ferreira pertenceu à direcção. Até ao final da Primeira Guerra Mundial «na esmagadora maioria das associações mistas ficou-lhes vedada a participação nas assembleias gerais», legislação alterada em 1919.⁴⁶ Mas Virgínia Baptista refere, ainda, que

As mulheres tinham contra si a legislação civil que se refletia nas leis estatutárias das associações mistas que, na maioria, não eram livres nem democráticas para elas. Socorros tiveram sem dúvida, mas não igualaram os dos associados masculinos e só algumas associações particularizaram a sua condição de trabalhadoras e mães.⁴⁷

E isto estava relacionado com outros aspectos, como esta investigadora bem sublinha:

Também o mutualismo fazia eco da subalternização da mulher na família e no mercado de trabalho; em grande parte a conceção da protecção e dos direitos das mutualistas eram fruto das visões da época que ligava as suas necessidades à situação de elementos dependentes do agregado familiar, sendo em regra o elemento masculino o ganha-pão da família.⁴⁸

Apesar disto, certas mulheres filiaram-se e trabalharam em algumas associações como é o caso de Angelina Vidal. Esta foi sócia

⁴⁵ Saraiva, «Associativismo...», 69. Guilherme Augusto de Santa-Rita, *O Socorro Mútuo em Lisboa: Relatório-Estudo* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1901), citado em Saraiva, «Associativismo...», 85.

⁴⁶ Baptista, *Protecção...*, 324.

⁴⁷ Baptista, «Participação...».

⁴⁸ Baptista, «Participação...».

efectiva da Oitocentista *Associação de Socorros Mútuos Autonomia das Senhoras*, juntando-se a ela Maria da Conceição Mota e Sousa, Elisa Maria das Dores Mota, Amélia de Sousa, entre outras; Maria Veleda (1871-1955), pertencente à *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas* (LRMP), delegada, em 1916, da *Associação Fraternidade das Senhoras* (1888) representando a sua associação no *Segundo Congresso Nacional da Mutualidade*. Na mesma vertente, Sara Beirão, presidente do CNMP (1936-1941) discursou, em 1933, na sede desta associação durante a *Semana Mutualista*.⁴⁹

A colaboração das associadas Novecentistas, antes da República, independentemente da sua intervenção, prenunciava uma rápida mudança do que se avizinhava, por uns tempos... e ela aconteceu com aquelas feministas e republicanas praticando o reverso das anteriores. Começou com Alice Pestana fundadora da *Liga para a Paz* (1899), seguindo-se muitas associações como a LRMP (1908). Todas se bateriam «pelo sufrágio universal, pelos direitos civis das mulheres no casamento, por direitos laborais (salários iguais entre homens e mulheres) ou condições especiais para as [...] grávidas [...], pela alfabetização e formação profissional das raparigas, e por direitos sexuais».⁵⁰

O surgimento de associações e agremiações femininas concretizou-se em força contando também com docentes do IFET. Não é de estranhar, dada a cumplicidade e objectivos comuns destes republicanos/as, inseridos em todos os lugares, que a AAAIO e a *Associação de Professores de Odivelas* se agremiassem ao CNMP, com Domicília Xavier e Deolinda Santos como delegadas da *Associação de Professores de Odivelas*; e Alice Brito e Branca Nunes como delegadas da Associação das Antigas Alunas. Isto concretizou-se durante a direcção de Frederico Ferreira de Simas (1919-1941) do IFET, por certo, com influência de Adelaide Cabete, também na presidência do CNMP e docente do referido Instituto, juntamente com sua irmã, Maria Brazão, estomatologista, ambas aqui médicas desde 1913.⁵¹ Adelaide Cabete foi

⁴⁹ Baptista, *Proteção...*, 325.

⁵⁰ Anne Cova, Vanda Gorjão, e Isabel Freire, «Cem anos de lutas femininas e feministas em Portugal: o exemplo das pioneiras», *Série Ciências Sociais em Público* (XXVI) – Análise, *Público*, 27 de Setembro de 2020.

⁵¹ Maria Brasão e Adelaide Cabete fizeram parte dos quadros de pessoal do Instituto de Odivelas. Cf. «Pessoal do Instituto», em *Anuário do Instituto Feminino...*, 1925: 105 (Por Decreto-Lei de 11 de Dezembro de 1915).

também fundadora responsável pelas *Ligas de Bondade* (1923) e contou com dois docentes do IFET, Alberto David Branquinho e Melo Vieira, como vogais. Estas *Ligas de Bondade* e a *Liga Portuguesa Abolicionista* (1926) queriam educar, instruir e proteger a população jovem «fortalece[ndo] a [sua] educação moral» para serem excelentes cidadãos/ãs e patriotas.⁵²

Seria importante destacar muitas mais associações femininas desta altura, mas não cabe aqui fazê-lo. Lembramos as associações estudantis já existentes como a *Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar* (1903); a dos *Pupilos do Exército* (1932); e *A Solidária* (1909-1920) da afamada *Escola Oficina n.º 1* (Lisboa, 1905) fundada por maçons e republicanos. Formava esta marceneiros/carpinteiros, passando a mista, em 1913. Na *Escola Oficina* praticava-se o *self-government*, gerindo os alunos parte da escola e das suas actividades. Esta era a metodologia da *Escola Nova*, adoptada, na Casa Pia, no IFET, e outras. Muitos/as docentes do IFET eram assíduos/as das associações de Adelaide Cabete ora como sócios/as ora como colaboradores/as ora com cargos como já visto.

Já se percebeu que, muitas das respostas para o surgimento da Associação das Antigas Alunas e das actividades do IO estão interligadas aos ideais políticos e maçónicos, à educação ministrada nesta escola, à contínua formação e actualização de conhecimentos do director e restantes professores/as; à capacidade de encontrar as melhores soluções para o futuro social e económico das jovens do IFET que incluía a prática nas associações; à criação de um lar para as alunas; à sua formação moral. Falta acrescentar que, como todos os republicanos, Frederico Ferreira de Simas, adepto do mutualismo, fundou outras associações no seu Instituto como a mutualidade escolar *Futuro* (1920), vocacionada para entregar dotes às jovens, dinheiro para roupas, diplomas, propinas, livros e outras despesas, aqui não

⁵² Adelaide Cabete, «Seleção humana», *Alma Feminina*, n.º 3-4, Março-Abril (1931): 1; n.º 5-6, Maio-Junho (1931): 20-22; n.º 6-7 Julho-Agosto (1931): 27-28 em Isabel Lousada, «Adelaide Cabete: entre a eugénica e a eugenética na defesa da Res publica» (2009) com a transcrição integral em Apêndice do texto da Seleção humana. <https://run.unl.pt/handle/10362/2598>. s.p.; «Ligas de Bondade», *Alma Feminina*, n.º 9-10, Setembro-Outubro (1923): 46-48 ; A *Alma Feminina*, órgão do CNMP, dedicou um número especial às Teses, n.º 3 (1926) e outro ao «Relatório do Congresso Abolicionista Português», com as intervenções de todas as sessões, n.º 4 (1926). Sobre as *Ligas de Bondade* e a *Liga Portuguesa Abolicionista* ver o capítulo 1 deste livro.

referidas.⁵³ Focámo-nos na fundação da Associação das Antigas Alunas do IO seguindo a história desta associação acompanhando alguns aspectos até à actualidade.

A fundação de uma nova associação em Portugal: a Associação das Antigas Alunas do *Instituto Feminino de Educação e Trabalho*

Mal começou a dirigir o Instituto, em 1919, o director incumbiu, de Inglaterra, a aluna Maria João de Lemos Luna a «pôr em prática a sua ideia de criar a nossa Associação» auxiliada pelo Eduardo Andermatt da Silva.⁵⁴ Este elaborou o projecto dos estatutos e entregou-os, posteriormente, a Maria João de Lemos Luna e ao grupo de alunas do «Curso X» para a sua criação, em conjunto, com o director que os sancionou após aprovação do texto.⁵⁵ Aceite a fundação da associação pelo próprio governo «de que faziam parte professores do Instituto» e respeitando todas as exigências legais foi depositado no Governo Civil de Lisboa.⁵⁶ O manuscrito encontra-se na casa da AAAIO/Lar. Não é por acaso que a história desta associação do IFET se iniciou com uma aluna que, paradigmática e simbolicamente, representa aquilo que o director e o seu grupo desejavam para estas órfãs de acordo com os seus ideais republicanos e maçónicos, coadjuvados também pela metodologia da *Escola Nova*.⁵⁷

Consultámos as 13 páginas, 10 capítulos e diversos artigos dos primeiros *Estatutos da Associação das Antigas Alunas do IFET* (1919). Está, também, incluída uma cópia para emissão de cartões de admissão de sócias. Deste conjunto apenas referiremos alguns dos seus artigos por muitos serem comuns aos de outras associações e não merecerem

⁵³ Virgínia Paccetti, «Ser amiga é ser irmã», em *Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas*, Virgínia Paccetti, Rosete Milheiro, e Maria Noémia Leitão (Lisboa: AAAIO, 2014): 11.

⁵⁴ Virgínia Paccetti, *Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas* (Lisboa: 1987): 69, (policopiado).

⁵⁵ Paccetti, «Ser amiga...», 7.

⁵⁶ Paccetti, *Associação das Antigas Alunas...*, 69.

⁵⁷ Paccetti, «Ser amiga...», 7.

destaque. A comparação com os resultados do trabalho de Virgínia Baptista mostra-nos, ao contrário das outras associadas, as oportunidades dadas a estas jovens, assim como os seus direitos e deveres. Tratam os *Estatutos* «Dos fins da associação», «Dos fundos», «Dos sócios», «Da assembleia geral», «Da direcção», «Do conselho fiscal», «Das eleições», «Da dissolução», «Disposições diversas», «Disposições transitórias». ⁵⁸ Ressaltamos o emprego do feminino na atribuição de cargos, competências, direitos e deveres na associação, uma vitória relativamente a um passado, bem próximo nos artigos dos *Estatutos*.

O primeiro capítulo, «Dos fins da Associação», é um dos mais importantes por se manter até hoje, na afirmação dos objectivos filantrópicos da associação: art. 1.º. «é uma instituição humanitária, com sede, em Odivelas, [hoje, Lisboa], tendo por fim realizar a assistência às antigas alunas» e, sendo assim, compete-lhe: protegê-las moralmente e materialmente «socorrendo-as sempre que se encontrem impossibilitadas de angariar meios para a sua própria subsistência»; art.º 1.2º arranjar-lhes uma colocação; art.º 3.º «Socorrer os órfãos das antigas alunas que fiquem ao abandono ou quando estejam privados de meios de subsistência»; art.º 1.º.4º «Subsidiar as antigas alunas nos seus estudos, quando os não possam concluir no Instituto ou tenham revelado excepcionais aptidões para carreiras a que ali se não professem». ⁵⁹

Um outro aspecto interessante, no capítulo 3, é o referente às categorias das sócias, com semelhanças às de outras associações de adultos/as: *ordinários*, as antigas alunas; *auxiliares*, as que frequentam qualquer dos cursos do Instituto e o pessoal que presta ou tenha prestado assistência em Odivelas; «sócios *protectores* os indivíduos que contribuam com cota superior às fixadas [...] ou não inferior a 100\$00». ⁶⁰ Há ainda a categoria de sócios *beneméritos* para os doadores de quantia mais avultada ou prestadores de relevantes serviços à associação como as ex-alunas Maria Amélia Dias e Maria Raquel Ribeiro, as primeiras

⁵⁸ *Estatutos da Associação das Antigas Alunas do IFET* (Lisboa: Tipografia da Escola Militar, 1919): 1-13.

⁵⁹ «Dos fins da associação», art.º 1, 1.º, Cap. I, *Estatutos da Associação das Antigas Alunas do IFET...*, 3. «Dos fins da associação», art.º 1.º, 2.º, 4.º, Cap. I, *Estatutos da Associação das Antigas Alunas do IFET...*, 3.

⁶⁰ «Dos sócios», art.º 9, § 3º, Cap. III, *Estatutos da Associação das Antigas Alunas do IFET...*, 5.

sócias beneméritas.⁶¹ No capítulo, art.º 15, se informa que «Aos sócios ordinários, [ou seja, as antigas alunas internas ou externas do Instituto], além dos direitos gerais acima consignados assiste mais o de votar e ser votados para cargos de direcção, assembleia geral e conselho fiscal» e, para estas, só as de maior idade poderão ser votadas.⁶² As mais novas executariam outras funções.

As sócias, em benefício da sua associação, pagavam 10\$ (centavos) depositado o total na Caixa Geral de Depósitos. Para além disto, procuraram outras receitas como a venda dos seus próprios trabalhos confeccionados nas Oficinas Escolares – bordados, rendas, tapetes de Arraiolos – considerado um exemplo «de instrução cuidada e uma apreciável educação artística».⁶³ Estes rendimentos eram partilhados pela associação e pela mutualidade. Para angariar fundos organizaram igualmente festas como durante a Monarquia.

O art.º 17 do Cap. IV informa ser a Assembleia Geral constituída pelos sócios ordinários, auxiliares, protectores e beneméritos e o art.º 23 do Capítulo V ser a Direcção composta «por cinco membros: uma presidente, uma secretária, uma tesoureira, e duas vogais, das quais uma servirá de vice-presidente» todas com competências e tarefas bem definidas, por vezes, actuando em conjunto, como acontece em qualquer associação.⁶⁴ Assumiram importantes cargos, outrora masculinos, como a direcção da Associação, distribuição de tarefas, por várias como pagamentos e levantamentos, transacções, escrituração, relatórios e contas; recolha de receitas, assinaturas de cheques; e ainda diversas funções, responsabilidades e actos. O Conselho Fiscal, «compõe-se de 3 membros efectivos; presidente, secretária e relatora» definidos todas as competências e deveres.⁶⁵ As eleições,

⁶¹ «Dos sócios», art.º 10, Cap. III, *Estatutos da Associação das Antigas Alunas do IFET...*, 5.

⁶² «Dos sócios», art.º 15, Cap. III, *Estatutos da Associação das Antigas Alunas do IFET...*, 6. «Dos Sócios», art.º 15º, § único, Cap. III, *Estatutos da Associação das Antigas Alunas do IFET...*, 6.

⁶³ Branquinho, «Relatório do inspector de instrução», em *Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho...*, 1921, 16.

⁶⁴ «Da assembleia geral», art.º 17, Cap. IV, in *Estatutos da Associação das Antigas Alunas do IFET ...*, 7. «Da direcção», art.º 23, Cap. V, *Estatutos da Associação das Antigas Alunas do IFET...*, 8

⁶⁵ «Do conselho fiscal», art.º 32, Cap. VI, *Estatutos da Associação das Antigas Alunas do IFET...*, 10.

renováveis, faziam-se, democraticamente, por voto secreto, sendo o cargo exercido por dois anos.⁶⁶

A história da associação não foi linear. Sem grande actividade na sua primeira fase (1919-1941), nunca as associadas descuraram a cobrança de quotas e o depósito na Caixa Geral de Depósitos. Em 1920, Maria João Lemos foi nomeada primeira presidente da associação. Houve eleições, em 1933, para os corpos gerentes da associação e, em Outubro de 1940, a ex-aluna, Laura Canelhas, à data regente da segunda secção foi, posteriormente, segunda presidente. Laura Canelhas, discordando do rumo da associação por estar a desviar-se dos Estatutos, consulta o director e envia-lhe uma cópia da Acta 7 (1940). Estas discordâncias, debates ou acertos por coisas diferentes mostram como as alunas cresceram e tentaram solucionar os problemas. Nesse mesmo ano, propõe Laura Canelhas, um lar para as antigas alunas, antigo projecto do director.⁶⁷

Em 1941, Frederico Ferreira de Simas é exonerado por Salazar, interrompendo-se por trinta anos a Associação das Antigas Alunas do IFET, as suas actividades, o recrutamento de novas sócias, a cobrança de quotas, a angariação de outros fundos e respectivas receitas. Assim findou esta primeira fase da Associação das Antigas Alunas do IFET mudando a designação em 1942 para *Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas* (AAAIO). A mutualidade escolar *Futuro*, uma associação de socorros mútuos, é integrada na *Mocidade Portuguesa* (1943), assim como as alunas.⁶⁸

Em 1969, comemoraram-se as «Bodas de Ouro» da associação e, em 1970, iniciou-se nova angariação de associadas e cobrança de quotas. Em 1971 arrendou-se uma casa para o lar na Rua Dr. Alexandra Braga, n.ºs 6-6ªA e 6B, Odivelas, primeira sede da associação e do lar. A logística foi assaz complexa, demorada, incluindo o auxílio

⁶⁶ «Das eleições», art.º 34, art.º 36, Cap. VII, *Estatutos da Associação das Antigas Alunas do IFET...*, 11.

⁶⁷ Virgínia Paccetti, «Ser amiga...», 9.

⁶⁸ Pelo Decreto-Lei n.º 32 234 de 31 de Agosto de 1942, as alunas do *Instituto de Odivelas* foram integradas nos Centros Escolares da *Mocidade Portuguesa Feminina*. O Centro Escolar da *Mocidade Portuguesa* tomou posse dos fundos das associações existentes, *Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas*, Issuu, 27 de Janeiro de 2014, [https://issuu.com > 140127_liv_antigas_alunas_baixa_res](https://issuu.com/140127_liv_antigas_alunas_baixa_res). Por Decreto-Lei n.º 32 615 de 31 de Dezembro de 1942 foram aprovados os actuais Estatutos e a nova designação de Instituto de Odivelas.

de diversas entidades, da Fundação Calouste Gulbenkian, do Ministério da Defesa Nacional, entre outras instituições.⁶⁹

Actualizaram-se os Estatutos, em 1972, entregaram-se os cartões às sócias, ficando dependentes, depois, em 1974, da aceitação do Ministério da Defesa Nacional. Após o 25 de Abril, graças à liberdade associativa, puderam-se equacionar a associação e o lar. O ressurgimento deste deve-se à iniciativa de Maria Amélia Dias apoiada por Virgínia Paccetti e Aida Vaz, fundadoras da «Comissão Reorganizadora», ao voluntariado e à solidariedade de todas. As sócias elegeram os corpos gerentes ficando Virgínia Paccetti na direcção.⁷⁰

Conclusão

O factor mais determinante para a abertura de uma escola feminina para órfãs de oficiais numa instituição militar, garante de uma boa educação, terá sido a grave situação económico-social do país, a falta de uma política educativa governamental e o receio de exclusão social destas jovens como aconteceu e ainda sucedia com muitas crianças daquela época e do século anterior. Contrariando isto, as jovens do IFET usufruíram, logo a partir de 1900, de uma esmerada e actualizada educação e formação moral. Esta escola distinguiu-se no passado e, ao longo dos tempos, pelo sucesso escolar das alunas. Durante a Primeira República, isso aconteceu de forma notável, graças às iniciativas inovadoras de Frederico Ferreira de Simas e da sua equipa (1919-1941). Empenharam-se numa mais actualizada política educativa implementando mais vias profissionais, propiciadoras de mais e melhores oportunidades de trabalho e condições de vida para as discentes, contrariando a inicial pobreza delas, mas não só. Aquela educação foi responsável pelos actos e funções destas alunas dentro e fora desta instituição, a começar pela Associação das Antigas Alunas fundada por este director, posteriormente denominada AAAIO no período salazarista, a partir de 1942. A atribuição a jovens de tão importantes responsabilidades, a elaboração de Estatutos, a gestão, e assunção de papéis tão fulcrais como os de presidente, de tesoureira,

⁶⁹ Paccetti, «Ser amiga ...», 21.

⁷⁰ Paccetti, «Ser amiga ...», 15.

entre todos os outros, tão incomuns, em Portugal e nas escolas, promoveu nas alunas o desenvolvimento de competências que implementaram o exercício da igualdade atingindo, uns anos mais tarde, o seu amadurecimento. Estas práticas, no IFET, foram já um exercício da democracia.

Por oposição, a situação de algumas associadas Oitocentistas e de Novecentos a quem o Código de 1867 retirava direitos civis e patrimoniais e as inabilitava jurídica e politicamente. Por isso, foram impedidas de participar activamente nas associações e de ter os mesmos direitos dos associados, ao contrário das jovens da Associação das Antigas Alunas que tudo puderam fazer e assumir. No final de Oitocentos, a partir de 1899 e, mais consistentemente, a partir de 1904-1906, assistimos à fundação de associações pelas feministas, também elas, assumindo livremente funções e cargos. Inverteram a história das antigas associadas, mudaram, naquela altura, a história das mulheres.

Conjugaram-se no IFET diversos objectivos dos/as republicanos/as, maçons e maçónicas, ligados à educação das alunas. Entre o conservadorismo e o progresso, entre a tradição e a inovação, as discentes e as docentes foram fazendo exercícios de autonomia, de igualdade; de responsabilidade, de aprendizagem da solidariedade nos diversos papéis atribuídos às sócias da Associação das Antigas Alunas do IO e posteriormente a AAAIO. E eles completaram-se pela inclusão da *Educação Nova*, integral, do *self-government*, de entre muitas outras coisas. De facto, tudo se conseguiu e se movimentou graças aos conhecimentos e empenho de Frederico Ferreira de Simas e da sua diligente equipa. A Primeira República incentivou este tipo de escolas. Graças ao espírito revolucionário da época, à iniciativa, empenho e esforço dos seus intervenientes em mudar o país, o IFET, tornou-se modelo, em muitas vertentes, cumprindo os ideais do seu director e do seu grupo de trabalho.

Fontes

Alma Feminina, n.º 3 (1926).

Alma Feminina, n.º 4 (1926).

Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, Ano Lectivo de 1920-1921. Lisboa:

Tipografia do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1920-1921.

Mulheres e associativismo em Portugal (1914-1974)

- Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, Ano Lectivo de 1920-1921*. Lisboa: Tipografia do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1921-1925.
- Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas*, 27 de Janeiro de 2014, https://issuu.com/140127_liv_antigas_alunas_baixa_res.
- Branquinho, Alberto David. *Relatório da Missão de Estudo à Alemanha Realizada em Maio e Junho de 1922*, Fundo 3, Série 5.20, Caixa n.º 76.
- Branquinho, Alberto David. «Relatório do inspector de instrução», em *Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, 1920-1921*. Lisboa: Tipografia do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1921.
- Correia, J. Santos. *Missão de Estudo à Suíça em 1925*. Lisboa: Féris, 1927.
- Decreto-Lei n.º 32 234, de 31 de Agosto de 1942.
- Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro de 1989.
- Direcção Geral da Instrução Primária, Decreto de 29 de Março de 1911.
- Dossiers de Frederico Ferreira de Simas e de Alberto David Branquinho no Arquivo de História militar.
- Estatutos da Associação das Antigas Alunas do Instituto Feminino de Educação e Trabalho*. Lisboa: Tipografia da Escola Militar, 1919.
- Estatutos do Instituto Infante Dom Afonso* (Ordem do Exército n.º 2, 9 de Março de 1899). Decreto de Lei de 9 de Março de 1899.
- Ferreira, Silvestre Pinheiro. *Projecto d'Associação para o Melhoramento da Sorte das Classes Industriosas*. Paris: Rey & Gravier, 1840.
- Laços*, s. l.: s/ed., 1988.
- «Ligas de Bondade», *Alma Feminina*, n.º 9-10, Setembro-Outubro (1923), 46-48.
- Matta, Ney. «O ensino comercial», em *Anuário do Instituto Feminino Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, Ano Lectivo de 1920-1921*. Lisboa: Tipografia do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1921.
- Secretaria da Guerra – Repartição do Gabinete (1915). *Regulamento do Instituto Feminino de Educação e Trabalho*. Decreto n.º 1 868, de 12 de Junho de 1915, publicado em 4 de Setembro de 1915, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. Direcção Geral. 3.ª Repartição (1904). *Estatuto do Instituto Infante D. Afonso. Decreto de 11 de Maio de 1904*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904.
- Silva, Eduardo Andermatt da. «Vida escolar», em *Anuário do Instituto Feminino Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, Ano Lectivo de 1920-1921*. Lisboa: Tipografia do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1921.
- Simas, Frederico Ferreira de. «Relatório da direcção», em *Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, Ano Lectivo de 1920-1921*. Lisboa: Tipografia do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1921.
- Vasconcelos, Sena Faria de. *Une école nouvelle en Belgique*. Neuchâtel: Delachaux & Niestlé, 1915 (traduzido para português em 2015: *Uma Escola Nova na Bélgica*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2015).

Bibliografia

- Alves, Luís Alberto Marques. *História da Educação: Uma Introdução*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.
- Baptista, Virgínia. «Participação feminina no movimento mutualista: Do final da Monarquia ao Estado Novo», *Ler História*, n.º 62 (2012): 31-51. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.553>
- Baptista, Virgínia. *Proteção e Direitos das Mulheres Trabalhadoras em Portugal (1880-1943)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.
- Candeias, António. «Educar de outra forma. A Escola Oficina n.º 1 de Lisboa, 1905-1930». Tese de doutoramento em Ciências da Educação na especialidade de História da Educação, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, 1992, 2 vols, <https://hdl.handle.net/10216/53624>. Publicada em livro: *Educar de Outra Forma: A Escola Oficina n.º 1 de Lisboa, 1905-1930*. Porto: Instituto de Inovação Educacional, 1994.
- Cardoso, José Luís, e Maria Manuela Rocha. «O seguro social obrigatório em Portugal (1919-1928): acção e limites de um Estado previdente». *Análise Social*, vol. XLIV, n.º 192 (2009): 439-470.
- Cova, Anne, Vanda Gorjão, e Isabel Freire. «Cem anos de lutas femininas e feministas em Portugal: o exemplo das pioneiras», *Série Ciências Sociais em Público (XXVI) – Análise, Público*, 27 de Setembro de 2020.
- «História 1910-1942», *Instituto de Odivelas. A História Não se Apaga*, <https://meninas-deodivelas.wordpress.com/historia-1910-1942/>
- Lousada, Isabel. «Adelaide Cabete: entre a eugénica e a eugenética na defesa da República» (2009) <http://hdl.handle.net/10362/2598>.
- Lousada, Isabel. «A batalha de Adelaide Cabete em A Batalha – higienismo no feminino» (2009). <http://hdl.handle.net/10362/2570>.
- Nóvoa, António. *A Educação Portuguesa Corpus Documental (Séculos XIX-XX)*. Vila Nova de Gaia: Edições Asa, 2005.
- Paccetti, Virgínia. *A Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas*. Odivelas, 1987, policopiado.
- Paccetti, Virgínia. «Ser amiga é ser irmã». In *Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas*, Virgínia Paccetti, Rosete Milheiro, e Maria Noémia Leitão. Lisboa: AAAIO, 2014.
- Pintassilgo, Joaquim. «O Coronel Frederico Ferreira de Simas e a Educação Nova em Portugal». In *Militares e Educação em Portugal e no Brasil*, 17-43. Rio de Janeiro: FAPERJ/Quartet, 2010. <http://hdl.handle.net/10451/8350>
- Saraiva, Ana Paula Rocha da Costa. «Associativismo Mutualista em Lisboa na segunda metade do século XIX». Dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea, especialidade Cidades e Património, Lisboa, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, 2011.
- Silva, Cesaltina do Nascimento, e Maria Noémia de Melo Leitão. *Instituto de Odivelas: 90 Anos ao Serviço da Educação*. Lisboa: CEGRAF/Ex., 1990.